

Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A - EPTC



SECRETARIA DE
MOBILIDADE URBANA



A gente **trabalha.**
A vida **melhora.**

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A - EPTC

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2024, com Relatório dos Auditores Independentes.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório da Administração	8
Demonstrações Contábeis	
Balanco patrimonial	18
Demonstração do resultado do exercício	20
Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do resultado abrangente	21
Demonstração dos fluxos de caixa	22
Demonstração do valor adicionado	23
Notas explicativas às demonstrações contábeis	24
Parecer do Conselho Fiscal	50
Parecer do Conselho de Administração	51

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Ilmo. Sr.

Presidente e Conselheiros da

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A - EPTC

Porto Alegre – RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A – EPTC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito que possa advir do assunto descrito no item “a”, na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A – EPTC, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Receita Prestação de Serviços- Vistorias

Para a receita de prestação de serviços com vistorias no montante de R\$ 4,8 milhões, não foram apresentados controles subsidiários para análise dos valores registrados e divulgados. Assim, mesmo através de critérios alternativos não foi possível validarmos o valor, bem como avaliarmos os decorrentes reflexos nas demonstrações contábeis decorrentes de ajustes caso tivéssemos recebido controles subsidiários suficientes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Receitas CCT

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.7 a, não foram registradas receitas relativas aos repasses referentes a taxa de gerenciamento (3%) da Câmara de Compensação Tarifária, que após a aprovação da Lei Complementar 892/2020, que extinguiu os repasses da Câmara de Compensação Tarifária – CCT para a EPTC; tais valores, até o presente momento, referem-se a recebimentos não esperados que podem dar origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, sendo que parte do valor se encontra judicializado, e que o andamento dos processos depende de acordos entre as antigas e as atuais operadoras de transporte público, a Prefeitura de Porto Alegre e a EPTC. O valor não foi atualizado para 2024, sendo o montante estimado em R\$ 82,5 milhões, atualizado até 31/12/2023, conforme controles subsidiários apresentados. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Continuidade Operacional

Conforme nota explicativa nº 3.8, a empresa preparou suas demonstrações contábeis no pressuposto da continuidade operacional, a EPTC vem apresentando prejuízos de forma sistemática nos últimos exercícios (com exceção do exercício de 2023), o que ocasionou que os Prejuízos Acumulados até 2024 (748 milhões) se tornassem superiores ao Capital Social resultando em Passivo a Descoberto (12 milhões). A Empresa tem se mantido através de repasses da controladora Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Comitê de Auditoria e Auditoria Interna

A empresa até 31-12-24 não constituiu o comitê de auditoria estatutário conforme instituído na governança corporativa de acordo com seu Estatuto Social alterado e registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços em 22/04/2024, bem como não possui auditoria interna. Assim pela ausência do comitê de auditoria estatutária e da auditoria interna não atendeu às determinações do inciso III, art. 9º da lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados e o relatório emitido foi datado de 22/03/2024, com modificações quanto: ao mesmo assunto indicado no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva”; falta de evidência para o registro e divulgação das provisões para contingência; falta de reapresentação de demonstrações contábeis; falta de reconhecimento do arrendamento

mercantil para os contratos de locação; e ênfase quanto: à possibilidade de ingresso de Receita CCT; conforme indicado no parágrafo “Ênfase” .

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar pela IFRS, que não requer sua apresentação, a demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09, aprovado pela NBCTG 09 que trata da Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração dos valores adicionados foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 08 de abril de 2025.

Corporativa Auditoria e Consultoria Ltda.

CRCDF 003205/O-8

Maria Elizabete Moraes

Contadora CRCRS 068651/O-0 T-DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação dos senhores acionistas e ao público em geral o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Financeiras da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO – EPTC, referentes ao exercício de 2024.

A EMPRESA

A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC teve sua criação autorizada pela Lei 8.133, de 13 de janeiro de 1998, em atendimento ao constante na Lei Federal 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro. No dia 03 de abril de 1998, foi devidamente constituída a Empresa, que passou a exercer as suas atividades a partir desta data, tendo por objeto:

A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC tem por objeto a operação, controle e fiscalização do Sistema de Transporte Público e de Circulação, em especial, a fiscalização do trânsito e a gestão da Câmara de Compensação Tarifária – CCT do serviço de transporte coletivo, sempre em observância aos dispositivos da Lei 8.133/1998.

A EPTC está subordinada à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU).

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A declaração da missão, visão e valores da EPTC compõem o elemento da identidade organizacional. Este conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa.

Missão:

- Gerir a mobilidade urbana com qualidade, segurança e eficiência.

Visão:

- Consolidar a cidade de Porto Alegre como referência em mobilidade humana.

Valores:

- Cordialidade: relacionar-se com urbanidade, disponibilidade, harmonia e equilíbrio nas suas interações com os usuários, colegas e sociedade em geral.

- Responsabilidade: portar-se com profissionalismo e ética, adotando uma postura de prestador de serviços e solucionador de problemas, a fim de fortalecer a credibilidade da empresa.
- Melhoria contínua: atuar com eficiência e eficácia na promoção de uma mobilidade segura, por meio do trabalho integrado e da valorização do funcionário, com foco nos resultados para a sociedade.

A EPTC, portanto, é instrumento de efetivação da política pública de mobilidade urbana na medida em que mantém seus recursos orientados à sua finalidade que é gerir da melhor forma o trânsito e o transporte na cidade de Porto Alegre, integrando os diversos modais existentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente:

Pedro Bisch Neto

Diretor de Operações:

Carlos Manoel Perez Pires

Diretor de Educação:

Cirilo João Fae

Diretor Administrativo-Financeiro:

Dalmiro Schaf Lopes

Diretor Técnico:

Tiago Bueno da Cunha

PERFIL DA EMPRESA

A EPTC é uma Empresa Pública, vinculada ao Governo Municipal, com capital 100% público, que tem por acionistas a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (99,99 %), e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (0,01%). A estrutura administrativa da EPTC está disponível no sítio da empresa.

<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/>

Compõem a força de trabalho da empresa o total de 935 colaboradores, distribuídos em 5 Diretorias (Presidência, Administrativo-Financeira, Operacional, Técnica e Educação), operando na cidade de Porto Alegre.

O orçamento inicial da empresa para o ano de 2024 foi de R\$ 189 milhões, aproximadamente 10% superior ao ano de 2023, que foi de R\$ 171,36 milhões.

Considerando-se as suplementações decorrentes do superávit financeiro de 2023, e demais suplementações da Administração Centralizada, o orçamento do exercício totalizou em R\$ 213,2 milhões.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com 26 anos de existência, a EPTC é a estrutura perene encarregada da gestão de Trânsito e Transporte na cidade de Porto Alegre. É composta por corpo técnico especializado na gestão e operação da mobilidade urbana que busca integrar as experiências e boas práticas adquiridas no decorrer de sua existência a conceitos modernos e exitosos de mobilidade urbana e educação já desenvolvidos e aplicados em diversas cidades brasileiras e ao redor do mundo, buscando ferramentas tecnológicas como parceiras indispensáveis às expertises de seus funcionários na consecução de suas ações.

Alinhada ao executivo municipal no sentido de tratar o assunto mobilidade com inteligência e racionalidade chamando o assunto de Mobilidade Humana, a EPTC permanece buscando trazer as pessoas para o foco das ações pensadas e executadas pela empresa.

O Planejamento Estratégico para o ano de 2024 estabeleceu cinco objetivos que englobaram as ações executadas pelas equipes da empresa. Os objetivos foram:

- 1 – Reduzir as vidas perdidas no trânsito;
- 2 – Investir mais em educação e informação para a mobilidade;
- 3 – Realizar melhorias no transporte coletivo;
- 4 – Ser uma empresa pública com gestão eficiente;
- 5 – Tornar a mobilidade urbana mais ativa.

Projetamos ainda no final de 2023, o programa de melhoria das condições operacionais de trabalho, implementadas ao longo de 2024, que sofreram certos percalços pela tragédia climática que impactou nossa Capital, e nos envolveu de “corpo e alma” nas ações de socorro às vítimas dos alagamentos, a começar por nossa sede, destruída pela enchente.

MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Compra de novos uniformes para os funcionários operacionais.

Em 2024, após o estabelecimento, em conjunto com as equipes de fiscalização de trânsito e transporte, de um novo modelo padrão de uniforme, buscando conforto, funcionalidade e segurança, foram efetuadas as trocas de uniforme dos agentes de fiscalização, algo que não acontecia há 06 anos.

Aquisição de viaturas especializadas.

Em 2024 entraram em efetiva operação dois veículos especificados pelas equipes da EPTC para sinalização viária. Os veículos atendem a necessidades específicas da cidade e são operados pelas equipes da EPTC garantindo flexibilidade no atendimento a demandas urgentes de sinalização viária, horizontal – pintura.

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

Programa Sinal Verde

Foi realizado um upgrade de tecnologia para qualificação da comunicação do parque semafórico, por meio da utilização de tecnologia 4G ou fibra. Foi superada a meta prevista com a instalação de 636 controladores contemplando 941 locais semaforizados, o que representa 70% do parque semafórico.

Implantação de Nobreaks

Instalação de 66 nobreaks nos semáforos ampliando de 68 para 134 o número de equipamentos, que abrangem 241 sinaleiras, garantindo um maior número de semáforos funcionando em caso de falta de energia.

Pintura de vias

Manutenção e implantação de pintura nas vias de Porto Alegre como uma das vertentes para aumentar a segurança e reduzir acidentes com uma sinalização mais eficiente. Executamos **109,4 mil m² de pintura de sinalização viária**, o que supera a soma executada nos 3 (três) últimos anos.

Isso inclui pinturas de faixas de travessia de pedestres, lombadas, divisão de pistas, etc.

Projetos de Segurança Viária

Execução de projetos de segurança viária o que inclui implantação de faixas de segurança, placas de sinalização, implantação de redutores de velocidade, ciclovias e faixas exclusivas. Destaque para entregas oriundas de pedidos da comunidade, os quais contemplam implantação de lombadas físicas para a redução de velocidade, placas de sinalização e pintura de sinalização viária (faixas de pedestre, linhas de divisão de pista).

Contratos para execução de sinalização viária por empresa terceirizada

Contratação de duas empresas para a execução de 24 projetos de sinalização viária, sendo destes, 6 localizados no entorno de escolas municipais e estaduais com o objetivo de ampliar a segurança viária nesses locais. Este modelo de contratação é inovador na EPTC.

Engenharia de tráfego

No que se refere a engenharia de tráfego, também muitas ações foram desenvolvidas durante o ano de 2024, dentre as quais citamos:

- Desenvolvidos 71 mapas temáticos ou levantamentos de dados georeferenciados;
- Atualizados mensalmente 30 dashboards e desenvolvidos 3 novos em 2024;
- 21 estudos técnicos de monitoramento de lombadas eletrônicas;
- 39 programações semaforicas novas;
- 30 programações semaforicas especiais;
- 3.988 programações semaforicas de contingência;
- 81 revisões pontuais de programação semaforica;
- 32 revisões de Redes de Sincronismo;
- 74 análises semaforicas em projetos viários;
- 750 ajustes de semáforos em tempo real (média 62/mês);
- Elaborados 254 projetos novos sobre segurança viária.

Criação do Centro de Controle Operacional – CCO

Há de se destacar ainda em 2024, como grande projeto, a criação do **CCO - Centro de Controle Operacional do Transporte Coletivo**, que tem por objetivo monitorar o Sistema de Transporte Coletivo através de programas de monitoramento em tempo real, BI de gestão e demais sistemas próprios e de terceiros no intuito de melhorar o serviço do transporte por ônibus, sempre buscando o cumprimento das tabelas horárias e excelência no serviço.

Estes projetos estruturantes servem de suporte para o desenvolvimento de suas políticas voltadas ao tripé **educação, sinalização e fiscalização**.

O principal destaque que esta Diretoria tem é a intenção de propagar seu empenho na preservação da vida no trânsito, com a segurança viária. Para atingir a meta proposta, talvez uma das principais ações desenvolvidas, seja **educação**, através de ações permanentes de conscientização

EDUCAÇÃO

O ano de 2024 teve praticamente 25% de seu tempo sem disponibilidade de ações educativas, pelo envolvimento *total* da empresa, com a enchente de maio e os reflexos que se estenderam.

Destacamos:

PROJETOS PERMANENTES EDUCATIVOS									
Escola Amiga		Empresa Amiga		Idoso		Motociclista		Ciclista Seguro	
Ações	Público	Ações	Público	Ações	Público	Ações	Público	Ações	Público
81	6226	47	4793	52	2687	94	2117	31	699

OBSERVAÇÕES:

- 1 - Temos 11 projetos de educação permanente.
- 2 - Destacamos estes 5, pela sua natureza representativa junto à sociedade
- 3 - Neste projeto, o total de público atingido, foi de **13.802 vidas**.

Outra ação desenvolvida, são os treinamentos destinados a públicos específicos, também com necessidades específicas, que se propõem, através da plataforma Ensino a Distância, constante no nosso site, a se submeterem a treinamentos voltados para suas atividades cotidianas ou de lazer. São os chamados EADs.

EAD					
	Educação Trânsito Anos Iniciais	Pedalando com Segurança	Pedalando com Segurança PRO	Professores Multiplicadores	Motociclista Consciente
Certificados	Treinados	Treinados	Treinados	Treinados	Treinados
2.185	98	101	27	88	245

Ainda teríamos que destacar as ações desenvolvidas diretamente em "campo". Neste grupo, nos referimos a abordagens diretas em semáforos (durante sinal vermelho), com pequenas peças teatrais, distribuição de folders orientativos; ação em datas representativas, como Natal, Páscoa, etc., onde se incorpora o personagem. Mais ações que podemos citar: acompanhando a Prefeitura na Comunidade, eventos de órgãos Públicos Municipais, etc. TODAS intervenções são acompanhadas pelo nosso mascote **AZULITO**.

Abaixo, estatística medida em 2024, referente às ações realizadas pela Diretoria de Educação.

Externa	
Ações	Público
352	12.317

SINALIZAÇÃO

Outro ponto primordial na prevenção de acidentes é uma boa sinalização, tanto horizontal como vertical, e a diretoria não descuidou deste ponto, fazendo fortes investimentos no segmento.

Destacamos as ações que julgamos mais significativas pelos resultados gerados com a **implantação** de:

- 109.441 m² de sinalização horizontal alcançando um recorde histórico na execução de pintura, possibilitado pela aquisição de 2 (dois) novos caminhões especializados, com um investimento de R\$ 728 mil;

- 3.700 placas de sinalização viária;
- 468 gradis;
- 2.855 tachões e segregadores;
- 302 balizadores;
- 335 abrigos do tipo M2 (metálico) ou tipo MFV (fibra de vidro) em pontos de parada de ônibus, gerando maior conforto ao contribuinte.

Destacamos ainda como implantação:

- Implantação e manutenção das redes de comunicação via fibra óptica, GPRS e 4G;
- Instalação de tecnologia 4G em todo parque semafórico DIGICON, abrangendo 634 controladores de tráfego monitorados através da central web 4G;
- Instalação e manutenção de laços magnéticos e virtuais (câmeras) nos controladores DIGICON/SCATS e TESC;
- 4.452 atendimentos, compreendendo serviços de implantação, alteração e manutenção de semáforos, como também das redes de comunicação, ocorrências de acidentes, temporais, furtos, vandalismo, etc.;
- Controle e gerenciamento das centrais de tráfego com inclusão e alteração de programações e tempos semafóricos, possibilitando um melhor sincronismo em situações de acidentes ou eventos, bem como a manutenção das redes de comunicação dos controladores.

Importante frisar que temos uma área especializada em manutenção e recuperação de equipamentos de sinalização. A título de exemplo, podemos citar alguns números:

- 353 iluminadores a LED;
- 28 controladores de tráfego;
- 174 módulos de controladores;
- 287 semáforos;
- 1.379 faixas de travessia de pedestres;
- 2.285 placas de sinalização;
- 34 suportes de placas;
- 70 módulos de semáforo;
- 41 postes para semáforo;
- 121 abrigos de parada de ônibus;

FISCALIZAÇÃO

Terceiro eixo da gestão técnica da empresa, é a fiscalização; desagradável, mas necessária ao nivelamento da cidadania e do respeito mútuo.

A ação sempre se inicia com os aspectos educativos e de conscientização, porém nem sempre os objetivos são alcançados.

Na essência da atividade queremos destacar alguns números:

ATOS TÍPICOS	
Total de operações realizadas em 2024	82.882
DESTAQUE PARA AS OPERAÇÕES	
Semáforo (defeitos)	5.426
Sinistro de Trânsito sem Vítima	9.379
Sinistro de Trânsito com Vítima	6.680
Licenças Emitidas (Eventos e outros)	27.338
Operação Radar	2.144
Fiscalização e Policiamento	4.653
OUTRAS OPERAÇÕES EM NÚMEROS MENORES, MAS COM TIPICIDADE DIFERENCIADA	
Escolta/ Escolta Médica	278
Feridos ou mal súbito	96
Recolhimento de Animais	292

O Cadastro de Transportes tem como função manter atualizados os cadastros de permissionários, condutores e dos veículos da frota pública deste município (abrangendo os modais táxi, lotação, escolar e ônibus), cumprindo as exigências específicas, inclusive em relação a documentos previstos. Abaixo o registro do volume de operações atendidas no segmento:

VOLUMES SEPARADOS POR MODAL ATENDIDO	
TAXI – destaque para o envolvimento de condutores: cadastro, renovação e descadastramento	7.234
LOTAÇÃO	41
ESCOLAR	1.231
ÔNIBUS – desativação, substituição, outros.	334

Vistoria Mecânica

A atribuição legal da **Vistoria Mecânica** tem como objetivo avaliar todos os veículos da frota de transporte público do município de Porto Alegre (ônibus, táxi, lotação e escolar), examinados sob o aspecto técnico de segurança operacional (itens de suspensão, pneus, etc.).

Como resultado destas ações, temos o seguinte gráfico representativo:

VISTORIAS



Controle e Monitoramento da Mobilidade

Neste contexto de fiscalização temos área específica de **Controle e Monitoramento da Mobilidade**.

Para cumprir suas tarefas, destacamos os seguintes meios e/ou operações:

- 550 câmeras de vídeo monitoramento (EPTC-116, SMSEG e BM);
- 4.320h de monitoramento (eventos, ocorrências, etc.);
- 126 pontos de cercamento eletrônico (câmeras, pardais e lombadas);
- 81.433 ocorrências registradas;
- 66 edições do WAZE;
- 350 pedidos de informações (PMPA, CMPA e outros);
- 642 pedidos de imagens;
- 2.360 atendimentos 118;
- 2.815 remoções de veículos;
- 353 rádios comunicadores;
- 2.235 pedidos de validações avaliados (até julho/24);
- 318 talonários eletrônicos disponíveis;
- 16 etilômetros;
- 20.750 demandas encaminhadas para outros órgãos (PMPA, BM, CEEE, Telefonia, SAMU, BIKE, Patinetes etc.);
- 6.019 ocorrências semaforicas (manutenção, acidentes e alteração de tempos).

Fiscalização Operacional de Transporte

Um dos componentes igualmente relevantes da área de fiscalização é a abrangência das atividades que designamos como voltadas ao segmento de **transporte**.

A ação ostensiva dos agentes de fiscalização de transporte tem por objetivo inibir, verificar, registrar e promover a correção de irregularidades no transporte público municipal em ações regulares como:

- Controlar a operação de linhas de transporte coletivo e seletivo (modais lotação e ônibus) através do monitoramento do cumprimento de horários, itinerários, desvios, controle das operações de embarque e desembarque dos usuários;
- Verificar o estado de conservação, realizando vistorias nos terminais e nas escolas, para verificar a segurança e a higiene;
- Controlar a operação do transporte escolar.

Outras ações realizadas de forma mais pontual pela fiscalização de transporte:

- Operação **Rodoviária**: controla o fluxo de táxis e veículos no entorno da rodoviária, em saídas e retornos de feriados;
- Operação **Clandestino**: monitora e realiza levantamento de dados para averiguar se determinado veículo está realizando transporte clandestino;
- Operação **Futebol**: implanta e monitora ações especificamente criadas para cada evento, como linhas especiais de ônibus e pontos de táxi móveis.

As ações realizadas por parte das equipes da EPTC no decorrer de 2024 encontram-se consolidadas no Relatório de Atividades, que pode ser acessado no seguinte site: <https://eptctransparente.com.br/relatorioatividades>.

Também está posto como desafio para a atual gestão, a melhoria da comunicação institucional, buscando informar a sociedade sobre a atuação da EPTC na cidade, desmistificando determinadas concepções que não encontram fundamento nas estratégias da Empresa.

Por fim, a EPTC prima pela excelência no serviço aos cidadãos, com responsabilidade corporativa e transparência na gestão.

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?p_secao=52
www.eptctransparente.com.br.

Porto Alegre, 31 de março de 2025.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		85.334	86.891
Disponível	4	28.713	27.360
Caixa e Bancos		316	27.356
Aplicações Financeiras		28.397	4
Contas a Receber	5	51.938	55.958
Transações com Partes Relacionadas - PMPA	14	45.883	48.820
Adiantamentos Concedidos a Funcionários		952	1.117
Depósitos Judiciais e Valores Restituíveis		4.915	5.008
Impostos a Recuperar		-	902
Outros Créditos a Receber		188	111
Estoques	6	4.683	3.573
Material de Almoxarifado		4.680	3.570
Estoque Vale Transporte		3	3
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.956	5.892
Ativo Realizável a Longo Prazo	7	36	36
Aplicações Financeiras		36	36
Imobilizado	8	10.920	5.856
Benfeitorias em Prédios de Terceiros		488	488
Móveis e Utensílios		3.286	2.758
Instalações		549	549
Máquinas e Equipamentos		7.513	6.797
Equipamentos de Processamento de Dados		7.850	6.352
Veículos		10.216	8.483
Arrendamento Mercantil - Aluguel		1.632	-
(-) Depreciações e Amortizações Acumuladas		(20.614)	(19.571)
TOTAL DO ATIVO		96.290	92.783

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE		95.593	56.238
Fornecedores	10	4.351	3.302
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	11	5.668	5.773
Provisão para Férias e Encargos	12	14.147	13.054
Outras Obrigações Trabalhistas	11	6.018	6.372
Outras Contas a Pagar	13	5.240	2.652
Arrendamento Mercantil CP - Aluguel	14	884	-
Transações com Partes Relacionadas - PMPA	14	3.399	-
Provisão p/ Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	15	53.912	22.696
Parcelamentos Fiscais e Previdenciários	16	1.974	2.389
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.880	17.844
Exigível a Longo Prazo		12.880	17.844
Parcelamentos Fiscais e Previdenciários	16	3.883	5.817
Provisão p/ Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	15	8.335	12.027
Arrendamento Mercantil LP - Aluguel	14	662	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	(12.183)	18.701
Capital Social Subscrito		728.706	728.706
Capital Social a Integralizar		(7.739)	(7.739)
Prejuízos Acumulados		(748.445)	(717.561)
Reserva Legal		3.059	3.059
Reserva para Ampliação dos Equipamentos e Instalações		12.236	12.236
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		96.290	92.783

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
2023

(Valores em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RECEITA BRUTA		56.629	78.023
Prestação de Serviços		56.629	78.023
DEDUÇÕES		(2.108)	(2.899)
Impostos e Contribuições		(2.065)	(2.846)
Devoluções		(43)	(53)
RECEITA LIQUIDA		54.521	75.124
CUSTO DOS SERVIÇOS		(147.449)	(122.250)
LUCRO BRUTO		(92.928)	(47.126)
DESPESAS OPERACIONAIS		(78.860)	(54.600)
Despesas Gerais e Administrativas		(79.037)	(49.863)
Despesas Financeiras		(770)	(5.161)
Receitas Financeiras		947	424
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS			
Outras Receitas/Despesas Operacionais	20 a	140.904	129.517
RESULTADO OPERACIONAL		(30.884)	27.791
CSLL	19	-	(1.830)
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	22	(30.884)	25.961
Lucro/Prejuízo por Ação - R\$ 1,00	22	(0,42)	0,36

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL E RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023

(Valores em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reservas Legais	Reserva para Ampliação dos Equipamentos e Instalações	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido	DRA
Saldos em 31/12/2022		728.706	(7.739)	1.761	7.044	(738.023)	(8.251)	(14.869)
Aumento e integralização de capital social		-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercício anterior		-	-	-	-	991	991	991
Resultado do exercício		-	-	-	-	25.961	25.961	25.961
Constituição de Reservas		-	-	1.298	5.192	(6.490)	-	-
Saldos em 31/12/2023		728.706	(7.739)	3.059	12.236	(717.561)	18.701	12.083
Aumento e integralização de capital social		-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	22	-	-	-	-	(30.884)	(30.884)	(30.884)
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024		728.706	(7.739)	3.059	12.236	(748.445)	(12.183)	(18.801)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

Método Indireto

(Valores em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo do Exercício	(30.884)	25.961
Depreciações e Amortizações	1.043	(339)
Créditos	4.020	(25.529)
Estoques	(1.110)	64
Fornecedores	1.049	(3.187)
Outros Credores de Curto Prazo	38.306	2.058
Outros Credores de Longo Prazo	(4.964)	13.323
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	7.460	12.351
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Imobilizações Brutas	(6.107)	(622)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(6.107)	(622)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento do Capital	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	991
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	-	991
Aumento de Caixa e Equivalente	1.353	12.720
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente	27.360	14.640
Saldo Final de Caixa e Equivalente	28.713	27.360
Variação Disponível	1.353	12.720

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores em milhares de Reais)

	2024	% AV	2023	% AV
DESCRIÇÃO				
1-RECEITAS	197.577		207.612	
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	56.629		78.022	
1.3) Outras Receitas	140.948		129.590	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	(83.418)		(42.182)	
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(83.418)		(42.182)	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	114.159		165.430	
4 – RETENÇÕES	(1.245)		(505)	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	(1.245)		(505)	
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	112.914		164.925	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	948		424	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-		-	
6.2) Receitas financeiras	948		424	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	113.862		165.349	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(113.862)	100%	(165.349)	100%
8.1) Pessoal e encargos	(139.471)	122,49%	(127.860)	77,33%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	(3.296)	2,89%	(4.917)	2,97%
8.3) Juros e aluguéis	(1.979)	1,74%	(6.611)	4,00%
8.5) Lucro / Prejuízo do exercício	30.884	-27,12%	-25.961	15,70%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Nota 1: CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A - EPTC, criada pela Lei 8.133/1998, é uma empresa pública, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Porto Alegre/RS, que tem como principal acionista a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, configurando-se como órgão da administração indireta do Governo Municipal. Dotada de personalidade jurídica de direito privado, é o órgão executivo e rodoviário do Município nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB – Lei 9.503/1997). A empresa possui caráter permanente, sem prazo de duração determinado, e desempenha atividades essenciais para a sociedade do Município de Porto Alegre.

Tem como atribuições a operação, o controle e a fiscalização do transporte e do trânsito de pessoas, veículos automotores e de veículos de tração animal no âmbito do Município de Porto Alegre. Foi declarada empresa dependente através da Resolução CGOF nº 085/2019 pelo Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF), sendo incluída no orçamento do Município a partir de 1º de janeiro de 2020.

As atividades de prestação de serviços da empresa geram receitas que, em sua maioria tem aplicação exclusiva (Lei 9.503/1997 – Art. 320). Para cobrir integralmente os recursos necessários às suas operações, essas receitas são complementadas por transferências orçamentárias do Município de Porto Alegre. A descrição detalhada do contexto operacional é parte do Relatório da Administração.

Nota 2: BASE DE APRESENTAÇÃO:

a. Declaração de conformidade:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às

disposições contidas na Lei de Sociedade por Ações (Lei 6.404/1976, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009), na Lei que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas (Lei 13.303/2016), aos princípios de Contabilidade geralmente aceitos, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da empresa. A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, conforme reunião de Diretoria Colegiada, ata nº 06/2024, cuja reunião foi realizada em 18 de março de 2025.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação:

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real (R\$), a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras expressas nessa moeda foram arredondadas para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário.

c. Base de mensuração:

Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como critério de mensuração.

d. Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das Demonstrações Contábeis foi efetuada de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, de passivos, de receitas e de despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Nota 3: RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis detalhadas a seguir foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis anuais. As principais práticas adotadas para o reconhecimento e a mensuração dos elementos patrimoniais e do resultado estão descritas abaixo.

3.1 ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até o final do exercício seguinte são demonstrados como circulantes, pelos seus valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, atualização monetária e juros.

a. DISPONIBILIDADES - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Representam valores em caixa, equivalentes de caixa, e valores em contas correntes bancárias. Contempla, substancialmente, ativos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a insignificante risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço.

b. CONTAS A RECEBER:

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

c. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS:

Os valores constantes nessa conta referem-se aos adiantamentos concedidos a título de adiantamento de salário, adiantamento de férias e de 13º salário. Os adiantamentos para despesas são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

d. IMPOSTOS A RECUPERAR:

Refere-se a créditos decorrentes de saldo de tributos recolhidos mediante estimativa e valores reclamados à Receita Federal através de PER/DCOMP.

e. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E VALORES REFERENTES A DEPÓSITOS JUDICIAIS:

Refere-se a valores a receber da controladora, depósitos judiciais e de depósitos em garantia contratual, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

f. ESTOQUES:

Os estoques correspondem aos materiais utilizados pela Empresa para a realização dos seus serviços, compreendendo uniformes, equipamentos de proteção individual, materiais de sinalização viária, peças de reposição, materiais para obras e manutenção predial, materiais de limpeza, materiais de expediente e materiais de informática, demonstrados e avaliados pelo critério do custo médio ponderado de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte e demais custos necessários para trazer os estoques às suas atuais condições. Também correspondem ao saldo de vale transporte adquiridos para distribuição aos funcionários.

g. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES:

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

3.2 ATIVO NÃO-CIRCULANTE

a. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:

Os ativos realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

b. IMOBILIZADO:

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, e deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, são depreciados/amortizados pelo método linear no resultado do exercício, dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As doações recebidas são registradas pelo custo de aquisição, mediante apresentação de nota fiscal de compra pelo doador ou, excepcionalmente, declaração de valor emitida pelo doador.

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece diretrizes para a contabilização de contratos de arrendamento mercantil, alinhando-se às normas internacionais de contabilidade (IFRS 16). Esse pronunciamento exige que as empresas reconheçam, no balanço patrimonial, os direitos e obrigações decorrentes de contratos de arrendamento, refletindo com maior transparência a essência econômica dessas transações.

De acordo com o CPC 06 (R2), o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso correspondente ao bem arrendado e um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de pagamento dos aluguéis futuros. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do contrato, enquanto o passivo de arrendamento é reduzido à medida que os pagamentos são efetuados, registrando-se as despesas com juros e a amortização do saldo.

No caso de contratos de arrendamento mercantil de aluguéis, a aplicação do CPC 06 (R2) impacta diretamente a estrutura patrimonial da empresa, pois evita a contabilização apenas como despesa operacional, exigindo o reconhecimento dos compromissos financeiros assumidos. Essa prática proporciona uma visão mais fiel da posição financeira

da empresa, melhorando a comparabilidade entre as demonstrações contábeis e garantindo maior aderência aos princípios contábeis internacionais.

3.3 PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos exigíveis até o final do exercício seguinte são demonstrados como passivos circulantes. São demonstradas as obrigações assumidas, acrescidas, quando aplicável, de atualização monetária, cabendo ressaltar as seguintes obrigações relevantes:

a. FORNECEDORES:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. As compras foram realizadas observando os princípios norteadores da contratação pública, a legislação vigente (Lei 13.303/2016, RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos e Lei Complementar 123/2006), bem como observado o rito da despesa pública (Lei 4.320/1964).

Em relação às compras, às contratações e às alienações, a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) estabeleceu a necessidade de cada estatal disciplinar o seu regulamento interno de licitações e contratos, observando os princípios e diretrizes da Lei 13.303/2016. Neste sentido, a Empresa Pública de Transporte e Circulação, desde a publicação da Resolução nº 05/2020, que dispõe sobre o Regulamento de Licitações e Contratos da EPTC – RILC, tem observado os referidos preceitos, os quais acarretaram como principal benefício para administração a segurança jurídica, suprimindo lacunas da legislação anterior, maior transparência e padronização da instrução processual.

b. OBRIGAÇÕES FISCAIS:

Referem-se às obrigações tributárias, compreendidos os impostos e contribuições retidos de fornecedores e contribuintes individuais (em virtude de substituição tributária), IRRF retido dos empregados, bem como dos encargos trabalhistas (FGTS e INSS), e contribuições sociais sobre a receita bruta. Ainda, nessa classificação, são registrados os valores provisionados a título de CSLL sobre o lucro contábil auferido.

c. OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

Estão registrados valores referentes à folha de pagamento, e valores referentes a retenções dos funcionários para pagamento a instituições bancárias e, associações e sindicatos, bem como o pagamento da pensão alimentícia descontada dos funcionários e encaminhada aos seus respectivos beneficiários. O saldo justifica-se pelo registro na competência e pagamento nos primeiros dias úteis do mês subsequente. Salários, remunerações e benefícios, férias e 13º salários a pagar foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

d. PROVISÕES TRABALHISTAS:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões para férias e 13º salário são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, bem como do valor estimado do 13º salário, acrescidas dos respectivos encargos.

e. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

Nessa classificação são registrados os valores a pagar ao Projeto Jovem Aprendiz, eventuais adiantamentos de clientes, e o saldo a pagar à Associação dos Advogados da EPTC (AAEPTC) referente a honorários advocatícios decorrentes de processos judiciais em que a EPTC é parte; São registrados os valores de garantias contratuais e circunstancial saldo a pagar a contribuintes individuais, quando for o caso. Ainda, são registrados os valores de precatórios a pagar em 2024, nas esferas trabalhista e cível.

f. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

Refere-se a valores recebidos antecipadamente da Controladora, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias, os quais serão utilizados para custeio no mês subsequente, ou transferidos ao ativo, conforme vínculo orçamentário, até a liberação em conta de recursos provenientes de receita de fiscalização.

g. PARCELAMENTOS FISCAIS:

Nessas classificações são registrados os valores de parcelamento de INSS, PIS/PASEP, COFINS e CSLL, classificados no passivo circulante em função da data de vencimento do parcelamento, com vencimento até o final do exercício seguinte.

h. PROVISÕES JUDICIAIS – CURTO PRAZO E LONGO PRAZO:

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Empresa.

i. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO:

Embora a EPTC seja imune ao IRPJ, conforme estabelecido por meio da ação ordinária 2005.71.00.019670-0 impetrada contra a União Federal/Fazenda Nacional, a empresa não é imune à CSLL, razão pela qual a referida provisão está sendo calculada com base no lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, e apurado através do Lucro Real por estimativa mensal. O valor da contribuição social sobre o lucro líquido foi calculado à alíquota de 9% sobre o lucro líquido.

j. ARRENDAMENTO MERCANTIL – ALUGUÉIS – CURTO PRAZO E LONGO PRAZO:

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece que contratos de aluguel com prazo superior a 12 meses devem ser registrados no balanço patrimonial do arrendatário, salvo em casos de aluguéis de baixo valor. Essa norma segue o princípio de que os contratos de arrendamento representam compromissos financeiros e devem ser refletidos nas demonstrações contábeis de forma transparente.

Conforme o CPC 06 (R2), a empresa que firma um contrato de aluguel com duração superior a um ano deve reconhecer um ativo de direito de uso, correspondente ao benefício econômico obtido pelo uso do imóvel ou equipamento alugado, e um passivo de arrendamento, que reflete a obrigação de pagamento ao longo do período contratado. O ativo de direito de uso é depreciado durante a vigência do contrato, enquanto o passivo é amortizado com base nos pagamentos efetuados, incluindo a apropriação dos encargos financeiros.

Essa exigência contábil busca melhorar a qualidade e a comparabilidade das demonstrações financeiras, reduzindo práticas que ocultavam compromissos financeiros fora do balanço. Assim, o CPC 06 (R2) reforça a transparência e permite que investidores e credores avaliem melhor a real posição financeira das empresas.

3.4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a. PARCELAMENTOS FISCAIS:

Nesse item estão registrados os parcelamentos com a Receita Federal, referentes a INSS, PIS/PASEP, COFINS e CSLL. Encargos e correções existentes após a data do registro são registradas quando da efetivação do pagamento das obrigações.

3.5 DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS, CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

3.6 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

α. CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social, em 31/12/2024, corresponde ao valor de R\$ 728.706.908,31 (setecentos e vinte e oito milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oito reais e trinta e um centavos), que pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, e é representado por 72.870.691 (setenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, cujo montante pertence majoritariamente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e, minoritariamente, ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana, mantendo a situação de 31/12/2023.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo os ingressos referentes à fiscalização de trânsito reconhecidos pelo pagamento da infração e repasse pelo Detran/RS à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

α. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

É composta pelos ingressos oriundos das penalidades aplicadas às infrações de trânsito, das penalidades relacionadas aos serviços de transporte público e das vistorias realizadas. O montante mais relevante (91%) são os recursos oriundos das infrações de trânsito, que tem aplicação restrita, estabelecida legalmente pela Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), em seu art. 320, “A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, em engenharia de tráfego, em engenharia de campo, em policiamento, em fiscalização, em renovação de frota circulante e em educação de trânsito”. Além da exclusividade na aplicação, o comportamento desta receita não depende diretamente de ações da empresa, já que podem haver variações, por exemplo: positivamente em ocasiões de reajustes no valor das multas (efetivados a nível federal pelo Poder Executivo), ou negativamente em função da redução da circulação de veículos na cidade (no caso da Pandemia de Covid-19, da enchente de maio/2024, etc).

Diante da exclusividade de aplicação dos recursos oriundos de multas, são necessários recursos adicionais para a execução das atribuições estabelecidas no Estatuto da EPTC,

recursos esses repassados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sendo classificados como OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.

Ainda em relação ao valor arrecadado com as multas, valor este depositado no caixa único da Prefeitura de Porto Alegre, informamos que o mesmo é registrado como receita por regime de competência, mas são liberados para pagamento de custos e despesas especificados no CTB, conforme notas de empenho.

Em 2020, foi aprovada a Lei Complementar 892/2020, que extingue o repasse financeiro para a EPTC referente à Câmara de Compensação Tarifária – CCT; na ocasião existiam valores a receber da CCT, devidos por parte dos Consórcios e Empresas do Transporte Público. Tais valores, até o presente momento, não foram registrados por entendermos tratar-se de recebimento não esperado que pode dar origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Cabe comentar que parte do valor se encontra judicializado, e que o andamento dos processos depende de acordos entre as antigas e as atuais operadoras de transporte público, a Prefeitura de Porto Alegre e a EPTC. Tais complexidades corroboram com a decisão de classificação de tais receitas como de *possível* recebimento, sem o registro das mesmas.

b. CUSTO DOS SERVIÇOS:

Os custos dos serviços prestados incluem despesas com pessoal, encargos e benefícios relacionados à atividade-fim da Empresa, além de gastos com manutenção, depreciação, amortização e serviços de terceiros diretamente vinculados às suas operações principais.

c. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

Evidenciam as despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios relativos à atividade-meio, além dos custos com materiais, serviços e outras despesas operacionais.

d. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS:

Registram-se, nessa classificação, as receitas referentes a recebimento de multas e juros de mora ativos, as indenizações eventualmente recebidas, por processos judiciais ou não, doações de bens, e outras receitas não operacionais. Dentre as receitas não operacionais, destaca-se o repasse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no valor de R\$ 139.770.821,99, para custeio da folha de pagamento e obrigações com tributos e fornecedores. Conforme descrito no contexto operacional e na nota explicativa 3.7.a, parte das obrigações financeiras da EPTC não pode ser realizada com recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito, conforme art. 320, do Código de Trânsito Brasileiro. Assim a PMPA, acionista majoritária do órgão, repassa o valor previsto para cobertura de tais despesas.

3.8 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Empresa gera suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de serviço e no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito, assegurando que haja caixa suficiente para atender às necessidades e planos de negócio. A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento de dívida e principais despesas correntes da Empresa. Como é considerada estatal dependente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, valores repassados pela Controladora são necessários para cobrir as despesas correntes, sem causar perigo à continuidade operacional da empresa, tendo em vista que a EPTC presta serviços genuinamente públicos e essenciais à sociedade.

Os repasses realizados por sua controladora, descritos na nota explicativa 3.7.d, não são considerados, por esta gestão, risco de continuidade operacional. Isto porque, a própria controladora definiu as atribuições da empresa em sua lei de criação Lei 8.133/1998, que estabelece atividades além das que podem ser arcadas com os recursos próprios da empresa.

A previsão de fluxo de caixa da Empresa é realizada para assegurar que a mesma tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado, nas suas estimativas, a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Município de Porto Alegre, previstos na Lei Orçamentária Anual. A Administração monitora

de forma contínua o fluxo de caixa da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e suas obrigações.

Nota 4: CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
Disponível	28.713	27.360
Caixa e bancos	316	27.356
Aplicações financeiras	28.397	4

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, de liquidez imediata, com baixo risco de mudança de valor, e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos do período.

Nota 5: CONTAS A RECEBER

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
CONTAS A RECEBER	51.938	55.958
Transações com partes relacionadas - PMPA	45.883	48.820
Adiantamentos concedidos a funcionários	952	1.117
Depósitos judiciais e valores restituíveis	4.915	5.128
Impostos a recuperar	-	23
Outros créditos a receber	188	109

Os valores referentes a Transações com Partes relacionadas – PMPA são oriundos de créditos a receber sobre a aplicação de infrações de trânsito que serão repassados subsequentemente à EPTC, que ficam no caixa geral da Controladora, liberados ao caixa da EPTC para pagamento de obrigações conforme o Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/1997, art. 320.

Os valores constantes em conta de adiantamento referem-se aos adiantamentos concedidos a título de adiantamento de salário, adiantamento de férias e de 13º salário, bem como adiantamentos pontuais para compras de pronto pagamento.

Os valores registrados em depósitos judiciais são majoritariamente constituídos de processos trabalhistas, que ainda não transitaram em julgado.

Outros créditos a receber abrangem os depósitos em garantia contratual realizados pela Empresa, relacionados à provisão para contingências passivas oriundas do curso normal das atividades da Empresa, depósitos em garantia de contratos vigentes.

Nota 6: ESTOQUES

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
Estoques	4.683	3.573
Material de almoxarifado	4.680	3.570
Estoque de vale transporte	3	3

Os estoques correspondem aos materiais utilizados pela Empresa para a realização dos seus serviços, demonstrados e avaliados pelo critério do custo médio ponderado de aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte e demais custos necessários para trazer os estoques às suas atuais condições.

Aos 30 dias do mês de dezembro de 2024, a Comissão de Inventário de Materiais, designados pela Portaria Nº 115/2024, reuniu-se na sala da Coordenação de Materiais, sito à rua Gênova, 170, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, RS, para apresentar o resultado do inventário de materiais existentes nesta Coordenação. A ata da citada Comissão relata que a contagem teve início no dia 23/12/2024 e estendeu-se até o dia 30/12/2024, sendo que, neste período e até o dia 31/12/2024, inclusive, não houve movimentação dos estoques (entradas ou saídas), de forma aos quantitativos corresponderem fielmente aos números apresentados no relatório, adiante citados.

- Número de itens inventariados: 2.585
- Valor de estoque registrado: R\$ 4.690.999,71
- Valor do estoque inventariado: R\$ 4.679.989,06
- Diferença apurada: R\$ 11.010,65

Nota 7: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Nesta conta são registrados os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante em função do prazo de resgate e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
Ativo realizável a longo prazo	36	36
Título de capitalização	36	36

Nota 8: IMOBILIZADO

Contas	TMA Depreciação (%)	Depreciação Acumulada	Valor Bruto 31/12/2024	Valor Líquido 31/12/2024	Valor Líquido 31/12/2023
Móveis e Utensílios	10%	-R\$ 2.372	R\$ 3.286	R\$ 914	R\$ 412
Instalações	10%	-R\$ 549	R\$ 549	R\$ -	R\$ -
Máquinas e Equipamentos	10%	-R\$ 2.635	R\$ 7.513	R\$ 4.878	R\$ 4.184
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	-R\$ 6.183	R\$ 7.850	R\$ 1.667	R\$ 498
Veículos	20%	-R\$ 8.266	R\$ 10.215	R\$ 1.949	R\$ 708
Benfeitorias	4%	-R\$ 454	R\$ 488	R\$ 34	R\$ 54
Arrendamento Mercantil - Aluguel	4,17%	-R\$ 154	R\$ 1.632	R\$ 1.478	R\$ -
Total		-R\$ 20.613	R\$ 31.533	R\$ 10.920	R\$ 5.856

Os imóveis utilizados pela EPTC - seja na sua atividade finalística ou na sua atividade meio - são próprios da Prefeitura Municipal de Porto Alegre ou são imóveis locados para esta finalidade, não havendo nenhum imóvel de propriedade da Empresa.

Existe penhora de parte dos bens móveis de acordo com termos de arrolamento de bens e direitos junto à Secretaria da Receita Federal, conforme processo nº 11080.727948/2018-17.

Nota 9: REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Em observância ao Pronunciamento Contábil nº 01 (NBC TG 01), a Administração entende que, em 2024, não existe indícios de que há unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao valor de realização. A Entidade encontra-se com a sua operacionalidade normal, não havendo indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica considerada relevante, não requerendo, portanto, necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

Nota 10: FORNECEDORES

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Empresa é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais. Abaixo, a representação de todas as contas com saldo acima de 10% (dez por cento) do total da conta fornecedores, no passivo circulante. Nenhum fornecedor está registrado no exigível a longo prazo.

PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	1.664	546
Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda.	674	546
Sinalisa Segurança Viária	423	-
Soma Soluções Corporativas	567	-

* Informamos que a despesa referente ao plano de saúde é dividida entre o funcionário e a empresa (aproximadamente 40% parte funcionário e 60% parte empresa)

Nota 11: OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E TRABALHISTAS

As obrigações fiscais e tributárias aqui registradas referem-se aos tributos a serem pagos, consistentes em retenções de fornecedores (substituição tributária), retenções de

funcionários, tributos sobre o faturamento, bem como os tributos sobre a folha de pagamento. As outras obrigações trabalhistas referem-se ao saldo de salário registrado por regime de competência de dezembro/2024, cujo valor foi quitado no início de janeiro/2025.

PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Tributárias	2.285	2.221
Encargos Trabalhistas	3.383	3.551
Outras Obrigações Trabalhistas	6.018	6.372

Nota 12: PROVISÕES

Aqui estão registrados os valores provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. Referem-se à provisão de férias e encargos trabalhistas sobre provisões.

PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2024	31/12/2023
Provisões Trabalhistas	10.302	9.560
Encargos Trabalhistas sobre Provisões	3.844	3.494
TOTAL	14.146	13.054

Nota 13: CONTAS A PAGAR

Nesta classificação, são registrados os valores a pagar relacionados a eventuais adiantamentos de clientes, bem como as garantias contratuais e, quando aplicável, o saldo a pagar a contribuintes individuais. Também são registrados os valores de precatórios programados para pagamento em 2025, originados de processos cíveis e trabalhistas. Além disso, são incluídos os valores depositados em conta vinculada ao CNPJ da EPTC, mas de direito da Associação dos Advogados da EPTC, destinados à retirada futura.

PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
OUTRAS CONTAS A PAGAR	5.240	2.652
Garantias contratuais – Fornecedores	45	18
Adiantamento de clientes	111	13
Precatórios a pagar	5.079	2.621
Associação dos Advogados da EPTC - AAEPTC	5	-

Nota 14: TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Refere-se a valores recebidos da Controladora, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

Conforme o Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei 9.503/1997), em seu art. 320, “A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, em engenharia de tráfego, em engenharia de campo, em policiamento, em fiscalização, em renovação de frota circulante e em educação de trânsito”. Diante desse dispositivo, o valor depositado no caixa único da Prefeitura de Porto Alegre é registrado como receita por regime de competência, liberados para pagamento de custos e despesas especificados no CTB, conforme notas de empenho, e registrados no ativo da empresa até a efetiva entrada nos caixas da EPTC. Não foram registrados valores no Passivo em 31/12/2023. Em 31/12/2024, o saldo da conta é de R\$ 3.399.252,10, e refere-se a valor repassado de multas pela PMPA em dezembro/2024. Esse saldo será transferido em janeiro/2025, creditando a conta de Ativo de mesmo nome, baixando o valor de multas a receber.

Ainda, O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece que contratos de aluguel com prazo superior a 12 meses devem ser registrados no balanço patrimonial do arrendatário, salvo em casos de aluguéis de baixo valor. Essa norma segue o princípio de que os contratos de arrendamento representam compromissos financeiros e devem ser refletidos nas demonstrações contábeis de forma transparente.

Conforme o CPC 06 (R2), a empresa que firma um contrato de aluguel com duração superior a um ano deve reconhecer um ativo de direito de uso, correspondente ao benefício econômico obtido pelo uso do imóvel ou equipamento alugado, e um passivo de arrendamento, que reflete a obrigação de pagamento ao longo do período contratado. O passivo é amortizado com base nos pagamentos efetuados, incluindo a apropriação dos encargos financeiros. Em 31/12/2024, o saldo da conta é de R\$ 884.000,00.

Nota 15: PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Empresa para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica e dos Advogados desta Empresa Pública, oriundas de terceiros. Os valores registrados no Passivo Circulante são aqueles que possuem a probabilidade de serem executados até o final do próximo exercício, enquanto os classificados no passivo não circulante possuem a probabilidade de serem efetivadas ao longo dos anos de 2026 ou 2027. As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Empresa constitui provisões para indenizações judiciais em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores registrados no Passivo Circulante são aqueles possuem a probabilidade de serem executados até o final do próximo exercício:

Natureza	Classificação	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas / Cíveis	Provável	53.912	22.696
Trabalhistas / Cíveis	Possível	5.348	933
Trabalhistas / Cíveis	Remota	1.639	-

Informa-se, por oportuno, que a evolução de valores de 2023 para 2024 é decorrente de decisões judiciais posteriores (sentenças) as quais atribuíram valores provisórios de condenação muito mais elevados dos que indicados no valor da causa. A estimativa realizada para a projeção de custos leva em conta o momento processual. Quando a ação não está sentenciada, a quantia adotada é o valor atribuído à causa na petição inicial, quando há sentença, utiliza-se a quantia arbitrada como condenação provisória e quanto existe execução, utiliza-se do último cálculo atualizado. No período ora apresentado, houveram demandas judiciais coletivas (dissídios coletivos) cujo valor da causa era muito baixo, modificando de forma substancial a projeção inicial no momento que foram sentenciadas. Tais ações discutiam os reajustes anuais pelos índices inflacionários, considerando o quantitativo geral de funcionários da empresa o montante devido foi muito elevado.

O percentual de elevação de 2023 para 2024 foi de 137%, sendo que 6% do valor total provisionado em 2024 referem-se a demandas cíveis e 94% são de demandas trabalhistas, sejam elas individuais ou coletivas.

Demonstramos abaixo a diferença entre o valor estimado e o valor da causa, sendo que o valor estimado das causas trabalhistas individuais teve redução por ter sido alterada a forma de pagamento de Precatório para RPV, com pagamento ocorrendo ainda em 2024.

Natureza	Classificação	Valor estimado	Valor causa
Cíveis	Provável	0	3.386
Trabalhistas Coletivas	Provável	5.348	35.662
Trabalhistas Individuais	Provável	19.567	14.864
Totais		24.915	53.912

Os valores, classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, possuem a probabilidade de serem efetivados ao longo dos anos de 2026 ou 2027.

Natureza	Classificação	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas / Cíveis	Provável	8.334	12.027
Trabalhistas / Cíveis	Possível	5.583	2.260
Trabalhistas / Cíveis	Remota	26.594	-

Nota 16: PARCELAMENTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

Estão relacionados os valores referentes a Parcelamentos Fiscais perante a Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

PASSIVO CURTO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos Fiscais	1.974	2.389
Previdenciário	1.342	1.672
PIS	32	47
COFINS	149	219
CSLL	451	451

Os valores aqui relacionados são referentes a parcelamentos efetuados junto à Receita Federal no período de 2018 a 2023, para pagamento no exercício de 2025.

No Passivo Exigível a Longo Prazo, estão relacionados os valores referentes a parcelamentos efetuados junto à Receita Federal em 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023, com previsão de pagamento após o próximo exercício.

PASSIVO LONGO PRAZO	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos Fiscais	3.883	5.817
Previdenciário	3.467	4.809
PIS	-	31
COFINS	-	145
CSLL	416	832

Nota 17: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, em 31/12/2024, corresponde ao valor de R\$ 728.706.908,31 (setecentos e vinte e oito milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oito reais e trinta e um centavos), que pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, e é representado por 72.870.691 (setenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 10,00 cada. A partir da declaração de

dependência da empresa, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, o Capital Social permaneceu o mesmo do final do exercício anterior.

ANO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL SOCIAL ACUMULADO
2015	80.000	517.902
2016	80.000	597.902
2017	56.604	654.506
2018	40.000	694.506
2019	34.200	728.706
2020	-	728.706
2021	-	728.706
2022	-	728.706
2023	-	728.706
2024	-	728.706

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista						
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	72.868.691	99,9973	72.868.691	99,9973	72.868.691	99,9973
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	2.000	0,0027	2.000	0,0027	2.000	0,0027
TOTAL	72.870.691	100,0000	72.870.691	100,0000	72.870.691	100,0000

Nota 18: INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A administração informa que, no exercício findo em 31/12/2024, a entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em suas demonstrações contábeis.

A empresa adota uma política conservadora de gestão financeira e não realiza operações com derivativos para fins de hedge ou especulação. Todas as suas operações financeiras são conduzidas com base em instrumentos tradicionais, além da gestão de caixa e investimentos em instrumentos de baixo risco.

A administração segue rigorosamente os princípios contábeis e normativos aplicáveis, garantindo transparência e segurança na apresentação das informações financeiras. Caso haja alteração na política de uso de instrumentos financeiros derivativos, a empresa procederá com a devida divulgação nas demonstrações contábeis futuras.

Reitera-se que a Empresa não apresenta exposição a riscos de mercado decorrentes de instrumentos derivativos, mantendo seu compromisso com uma gestão financeira prudente e responsável.

Nota 19: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A EPTC, conforme estabelecido por meio da ação ordinária 2005.71.00.019670-0 impetrada contra a União Federal/Fazenda Nacional, não possui vínculo jurídico obrigacional tributário que enseje a cobrança do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), em razão da imunidade tributária recíproca prevista no inciso VI, a, do art. 150 da Constituição Federal/88. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada e registrada com base nas alíquotas definidas pela legislação, aplicáveis à sistemática de apuração do Lucro Real por Estimativa.

Nota 20: RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO

O pagamento das despesas gerais de custeio e de pessoal da EPTC, que é uma empresa estatal dependente do Município de Porto Alegre, é feito mediante aferição de receita própria e do repasse mensal de recursos financeiros, na forma de transferências, pela sua principal acionista e controladora, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Esse repasse é realizado mediante o registro de "Nota de Pagamento de Despesa", em conformidade com a programação orçamentária prevista na LOA. Diante disso, os prejuízos apurados em exercícios anteriores não implicam em risco de descontinuidade da empresa.

O valor repassado pela Controladora é registrado em Outras Receitas, visto o repasse ser realizado mediante o registro de "Nota de Pagamento de Despesa", em conformidade com a programação orçamentária prevista na LOA e não ser receita própria de prestação de serviços.

Na Demonstração do Resultado do Exercício evidenciamos as seguintes contas:

- a) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS: Registrou, em 2024, os valores referentes às indenizações recebidas através de processos judiciais e outras receitas não operacionais, dentre elas o valor de repasse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre de R\$ 139.770.821,99, para custeio da folha de pagamento e demais obrigações com tributos e fornecedores.

Nota 21: GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Empresa estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e, nesse contexto, as atividades da EPTC a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, além de questões de força maior que impactam as finanças da empresa (pandemia e fenômenos climáticos especificamente), os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Empresa. A Administração busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

a) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata.

b) RISCO DE LIQUIDEZ

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas suas estimativas a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Município de Porto Alegre, previstos na Lei Orçamentária Anual. A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Municipal.

c) RISCO DE TAXAS DE JUROS

A Empresa não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das Demonstrações Contábeis e, portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

Nota 22: DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Conforme Estatuto Social da EPTC, em seu art. 57, o exercício social será encerrado a 31 de dezembro de cada ano, data em que se levantará o Balanço Patrimonial e serão elaboradas as demais demonstrações contábeis previstas em Lei, observando-se que:

II – Do lucro líquido do exercício destinar-se-ão:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 20% (vinte por cento) para a constituição de um reserva para ampliação dos equipamentos e instalações, até que atinja 30% (trinta por cento) do capital social;
- c) O saldo, observado o disposto neste artigo, ficará à disposição da Assembleia para deliberar sobre sua destinação, mediante proposta da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a divisão de lucros entre os acionistas.

Isto posto, o Resultado Operacional da EPTC em 2024, antes do cálculo da CSLL, foi de R\$ 30.883.895,66 de prejuízo contábil. A Empresa apura seu resultado através do Lucro Real, e houve cálculo de provisão de CSLL por estimativa durante o exercício de 2024. A CSLL apurada soma o valor de R\$ 963.283,55. Após a apuração do resultado, verificou-se que não há necessidade de mais recolhimentos a título de CSLL, e os pagamentos efetuados a maior serão requeridos à Receita Federal através de PER/DCOMP.

	31/12/2024	31/12/2023
RESULTADO OPERACIONAL	(30.884)	27.791
CSLL	-	(1.830)
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(30.884)	25.961
Lucro/ Prejuízo por Ação - R\$ 1,00	(0,42)	0,36
RESERVA LEGAL	-	(1.298)
RESERVA PARA AMPLIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	-	(5.192)

O resultado negativo aqui apresentado, é consequência da situação de calamidade decorrente dos eventos climáticos que ocorreram em maio de 2024, e que impactaram o Estado do Rio Grande do Sul. Além dos inúmeros problemas estruturais e sociais, a situação ocasionou a redução drástica da circulação de veículos e, consequentemente, das infrações que auferem receitas a esta empresa pública. Também, no período, houve suspensão na tramitação e prazos referentes a infrações já auferidas no Estado, impactando também o fluxo de caixa previsto para o período.

Nota 23: FLEXIBILIZAÇÃO DA COISA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar os Recursos Extraordinários nº 949.297 e nº 955.227, em repercussão geral, Temas 881 e 885, respectivamente, chegou ao entendimento segundo o qual as decisões individuais definitivas, em matéria tributária, ainda que transitada em julgado, podem vir a perder seus efeitos caso o STF, posteriormente, venha a decidir em sentido contrário. Em razão do entendimento do STF, a Administração está analisando os processos de matéria tributária, transitados em julgado, para evidenciação de possíveis impactos.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024.

Pedro de Souza Bisch Neto

Diretor Presidente
CPF XXX.117.840-XX

Tiago Bueno da Cunha

Diretor Técnico
CPF XXX.997.450-XX

Cirilo João Fae

Diretor de Educação
CPF XXX.907.660-XX

Carlos Manoel Perez Pires

Diretor de Operações
CPF XXX.082.670-XX

Dalmiro Schaf Lopes

Diretor Administrativo Financeiro
CPF XXX.252.440-XX

Renate Fank Spohr

Contadora CRC-RS 064730
CPF XXX.750.930-XX

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em reunião realizada em 23 de abril de 2025, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, e a Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2024, bem como, as Notas Explicativas correspondentes e o Parecer da Auditoria Corporativa Auditoria e Consultoria Ltda. Somos de opinião que os referidos demonstrativos refletem a situação patrimonial econômica e financeira da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em 31 de dezembro de 2024, e este colegiado OPINA pela aprovação das Demonstrações Contábeis, por unanimidade.

Porto Alegre, 23 de abril de 2025.

Adão de Castro Júnior

Conselheiro

CPF XXX.694.500-XX

Jonas Martins Machado

Conselheiro

CPF XXX.208.840-XX

Ricardo dos Santos Gomes

Conselheiro

CPF XXX.715.010-XX

Maria Cristina Molina Ladeira

Conselheira

CPF XXX.103.900-XX

Luciane Martins Pinheiro

Conselheira

CPF XXX.270.000-XX

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na condição de membros do Conselho de Administração da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em reunião realizada em 24 de abril de 2025, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, e a Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2024, bem como, as Notas Explicativas correspondentes e o Parecer da Auditoria Corporativa Auditoria e Consultoria Ltda. Aprovamos, por unanimidade, as referidas Demonstrações, e recomendamos que o Parecer do Conselho Fiscal e as Demonstrações Contábeis, juntamente com o parecer dos Auditores sejam encaminhados à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 24 de abril de 2025.

Pedro de Souza Bisch Neto

Conselheiro

CPF XXX.117.840-XX

Carla Meinecke Monteiro

Conselheira

CPF XXX.768.100-XX

Paulo Roberto da Silva Ramires

Conselheiro

CPF XXX.237.720-XX

Fabio Rodrigo Baum Bernardo

Conselheiro

CPF XXX.465.540-XX